



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6994 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 09/GT 14 - Trabalho e Educação e Sociologia da Educação

A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA APLICADA À PROPOSTA DO ENSINO DE GEOGRAFIA CRÍTICA

Thiago da Silva Sampaio - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Francisco de Assis Carvalho de Almada - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Deisy Sanglard de Sousa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA APLICADA À PROPOSTA DO ENSINO DE GEOGRAFIA CRÍTICA

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A clássica e aqui referida obra “Pedagogia da Autonomia” do catedrático Paulo Freire, educador brasileiro reconhecido internacionalmente é a sua última obra publicada em vida, dentre tantas contribuições que o mesmo nos trouxe, principalmente acerca dos processos de ensino aprendizagem e práticas pedagógicas.

Ao longo de suas enormes contribuições teóricas, Freire vai destacar e reforçar questões importantes para a contribuição de uma melhor relação entre o professor e o aluno por meio de elementos diversos, ressaltando sempre que a cada retomada de um assunto visa trazer algo a acrescentar, situando o seu leitor para algo novo a ser projetado nas práticas pedagógicas.

O comprometimento de Paulo Freire é, no entanto, sem dúvida, a partir do reconhecimento de se fazer educação por meio de um processo de interação entre educador e educando, onde ambos ensinam e aprendem por meio do contexto da realidade em que estão inseridos.

A Globalização e o perigo dos discursos neoliberais de conformismo, acomodação e subordinação ao mercado são os principais alvos de crítica aqui relacionados às questões políticas e econômicas. Fazendo o leitor compreender que é possível lutar em busca de autonomia e liberdade ao invés de simplesmente

aceitarmos as regras impostas pelo mundo capitalista ele nos leva ao desejo incessante de lutarmos contra as ideias impostas de que não há espaço para todos e que a pobreza, o desemprego ou o subemprego devam ser aceitos e vistos como condições naturais.

Carregado sempre por sua visão de caráter progressista, ele destaca que muito embora não haja qualquer tipo de possibilidade de neutralidade científica na Educação, é possível se pautar pela ética e pelo comprometimento com esta pauta a medida em que considera que as propostas apresentadas servem tanto aos liberais quanto aos conservadores. Por fim, o ponto chave que permeia grande parte desta e de suas demais obras ressalta-se na compreensão de possibilidades do fazer educação por meio de práticas pedagógicas onde no processo de ensino e aprendizagem os sujeitos envolvidos tornem-se seres críticos e autônomos.

2 A EDUCAÇÃO BANCÁRIA QUE COMPROMETE A QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS

Como ressaltado anteriormente, ao longo de seus grandes clássicos Paulo Freire vez ou outra retoma alguns elementos importantes dentro de seu campo de estudo, porém sempre trazendo algo de novo para o debate de nossas lutas constantes em prol da qualidade da Educação, frente os desmontes promovidos pela exclusão social da sociedade capitalista contemporânea.

O “Ensino Bancário” tratado em Pedagogia da Autonomia retoma questões levantadas em sua principal obra “Pedagogia do Oprimido” de 1968 enquanto esteve exilado no Chile. Este é um dos clássicos mais lidos e citados em Ciências Humanas e da Educação em todo o mundo.

A “concepção bancária” de educação é um termo que faz alusão aos depósitos feitos em agências bancárias, comparando isto as práticas pedagógicas que não carregam consigo a possibilidade de comunicação entre professores e alunos e a compreensão dos conteúdos de uma forma crítica e mais próxima de sua realidade.

Em lugar de comunicar-se o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educando se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também (FREIRE, 1987, p.33).

Retomando assim a concepção de educação bancária em “Pedagogia da Autonomia”, o enfoque se dá aqui no que tange ao processo de ensino aprendizagem que leva em consideração diversos elementos do fazer pedagógico

que valorizem tanto o conhecimento e a capacidade de reflexão crítica de professores e alunos.

Em “Pedagogia da Autonomia” Freire dá uma nova roupagem à concepção de educação bancária, pois, a “autonomia” entra nesta obra justamente a partir da concepção de que nós sujeitos do processo de ensino aprendizagem enquanto professores e alunos podemos romper com formas de ensinar que reproduzem apenas o interesse das classes dominantes.

O necessário é que, subordinado, embora, à prática “bancária” o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “banquismo”. Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes. Isto não significa, porém, que nos seja indiferente ser um educador “bancário” ou um educador “problematizador” (FREIRE, 1996, p. 13).

É este o ponto crucial de “Pedagogia da Autonomia” quanto vemos o termo “rebeldia” considera-se que muitas vezes, apesar de estarmos em condições de “reféns” do mercado e do capital, mais importante é que se mantenha em nós a chama que nos motiva a seguir em busca de novas possibilidades de um processo de ensino aprendizagem que rompa com o sistema.

3 A TEORIA E A PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

Diversos estudiosos do ramo da Educação tem se dedicado de igual modo a compreensão de paradigmas de processos de ensino e aprendizagem que sejam eficazes para a produção de um conhecimento real e compreensão do mundo que nos cerca. Um dos importantes nomes dentro da pesquisa educacional que é Ghedin (2006) que ao se debruçar sobre as concepções de práticas pedagógicas eficazes se fundamenta na relação entre teoria e prática como algo essencial nesse processo

Num processo mecânico de ensino – aprendizagem, a teoria se encontra dissociada da prática. Quando isto acontece, o conhecimento e seu processo são enormemente tolhidos e dificultados. Perceber a teoria e a prática como dois lados de um mesmo objeto é imprescindível para se compreender o processo de construção do conhecimento. Quando dissociamos estas duas realidades simultâneas, estamos querendo separar o que é inseparável, pois não existe teoria sem prática e nem prática alguma sem teoria. O que acontece é que, por conta de uma percepção alienada, não se percebe a sua dialética. Teoria e prática só se realizam como práxis ao se agir conscientemente de sua simultaneidade e separação dialética (GHEDIN, 2006, p. 135).

O entendimento de Ghedin (2006) é o de que na construção do conhecimento

é impossível separar teoria e prática, pois, é por meio da relação e complementação de ambas que se dá a construção do conhecimento de forma que uma não existe sem a outra, o que de certa forma, muitas vezes não acontece de forma mesmo que inconsciente pelos educadores.

Tendo em vista que a existência de um fazer pedagógico mecânico e descompromissado com a reflexão e visão ampla de mundo ocorre de forma despercebida pelos professores, uma das grandes hipóteses para que tais práticas venham se perpetuando até os dias de hoje passa justamente pela formação de professores, por onde isso deveria ser desconstruído. “O caminho aberto pela necessidade da reflexão, como modelo de formação, propôs uma série de intervenções que tornou possível, ao nível teórico e prático, um novo modo de ver, perceber e atuar na formação de professores” (GHEDIN, 2006, p. 133).

Tais paradigmas fundados no elo entre teoria e prática parecem estar de acordo com o que Paulo Freire por fim discutiu em “Pedagogia da Autonomia” ao tratar sobre como no processo de formação quem forma também pode se dar a possibilidade de reformar-se em um processo dialético. Ainda nesse contexto o mesmo ressalta que, na história, o aprender antecede o ensinar.

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz (FREIRE, 1996, p. 12 - 13).

De uma forma simples e reflexiva compreendemos que o homem produziu conhecimento a partir de suas aprendizagens e que foi ao longo de um processo de sistematização de tudo o que aprendia que o mesmo desenvolveu técnicas e habilidades para ensinar sobre aquilo que dominava.

4 A GEOGRAFIA E OS PARADIGMAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS

As reflexões acerca do processo de ensino e aprendizagem para a construção de sujeitos autônomos, livres e críticos quando pensada na ótica da educação básica e de suas respectivas nos dá uma gama de possibilidades de estudos e reflexões sobre como tem sido desenvolvido as práticas pedagógicas nos dias atuais.

No âmbito da Geografia vale ressaltar que as concepções de “educação bancária” ganham bastante destaque quando tratamos da “Geografia Tradicional” que compunha os primeiros paradigmas de ensino desta Ciência a partir de sua sistematização nas Universidades e na Educação Básica.

No que tange as velhas concepções e práticas voltadas ao ensino de Geografia,

destaca-se o reconhecimento por muitos de conteúdos de cunho decorativo, o que é comum não apenas na Geografia, mas como para as demais áreas que compõem as Ciências Humanas, pois, há uma certa má herança de se pensar as práticas de ensino dos conteúdos pautados pelo uso de mapas, globos e conhecimentos de países, estados, cidades e capitais.

O que ocorre na realidade é que os professores (todos), obviamente os de Geografia também, estão envolvidos num processo dialético de dominação, qual seja o professor foi educado a ensinar sem pôr em questão o conteúdo dos livros didáticos, sem que o produto final de seus ensinamentos fosse ferramenta com as quais eles e seus alunos vão transformar o ensino que praticam e, certamente, a sociedade em que vivem. Ou, por outras palavras, o professores e os alunos são treinados a não pensar sobre o que é ensinado e sim, a repetir pura e simplesmente o que é ensinado. O que significa dizer que eles não participam do processo de produção do conhecimento (OLIVEIRA, 1991, p. 28).

Essa má herança de ensino decorativo relacionado aos conteúdos de Geografia são portanto, lacunas ressaltadas por Oliveira (1991) que há muito tempo já deveriam ter sido superadas, porém tais práticas podem ser ainda realizadas mesmo que de forma imperceptíveis pelos professores ou pela desmotivação em sala de aula.

A polêmica do passado em torno de se fundamentar a Geografia e as demais Ciências Humanas e da Educação pelos mesmos métodos positivistas das Ciências Naturais, contribuiu bastante para essa visão distorcida da possibilidade de se trabalhar com a subjetividade dos conteúdos, ou seja, baseados por uma análise qualitativa, ainda que reforçada muitas vezes por dados quantitativos, como ocorre na Geografia.

O que temos que ter em mente nos dias atuais é que a Geografia, seja trabalhada pelos seus conteúdos curriculares ou pelas perspectivas da interdisciplinaridade e da transversalidade de conteúdos deve ser uma ferramenta para a formação de seres conscientes de seu papel enquanto cidadão.

Diante das múltiplas ações e orientações originárias dos órgãos centrais da educação vinculadas à política educacional do país, perguntamos: que caminhos o professor e a escola podem trilhar para que os alunos dos diferentes níveis de ensino compreendam o espaço geográfico e ampliem sua visão de mundo, conheçam o seu papel na sociedade moderna ou pós-moderna, como querem alguns, em uma economia mundializada e de vida globalizada? (PONTUSCHKA, 2012, p. 111).

São estas práticas de ensino ressaltadas por Pontuschka (2012) que devem prevalecer nos dias atuais, pois a Geografia, em conformidade com os próprios referenciais curriculares nacionais e estaduais deve ser trabalhada com os alunos não para que decorem os locais no espaço, mas para que possam por meio da orientação e localização compreender e interpretar os fenômenos do mundo que nos cerca em seus diversos aspectos, como econômico, político, social e cultural.

Não é à toa que nesta mesma obra Paulo Freire dá a Geografia como exemplo do que não devemos exercer em nossas práticas cotidianas: a

memorização dos conteúdos que retira a liberdade e capacidade de reflexão e possibilidade de crítica da realidade ao qual estamos submetidos.

O educador que, ensinando geografia, “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica. Tal qual quem assuma a ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal, de vez em quando criticada neste texto, e aplicada preponderantemente às situações em que o paciente são as classes populares. Não há o que fazer, o desemprego é uma fatalidade do fim do século (FREIRE, 1996, p. 24).

Neste contexto de memorização mecânica, domesticação e percepção real do discurso neoliberal embutido em nossas práticas é que precisamos estar atentos a incorporação muitas vezes despercebidas desses hábitos que de fato nos tiram a liberdade de entender o que somos e de lutar pelo que queremos ser.

É somente por meio da humildade estabelecida pela relação entre educadores e educandos que se torna possível nos desfazermos de práticas que nos privam de estudar os conteúdos, refletirmos sobre as temáticas e propormos medidas que visem solucionar ou melhorar a realidade de nosso contexto a nível local, regional e global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pedagogia da Autonomia (1996) é um dentre os grandes clássicos de Paulo Freire que retoma e traz novas propostas já anteriormente discutidas também em Pedagogia do Oprimido (1968) que é a sua obra de maior referência no Brasil e no mundo, desde que introduziu conceitos e elementos chave como “educação bancária” “opressão”, “luta de classes”, entre outros.

Partindo sempre do entendimento de que educar é também um ato político, Paulo Freire se mantém distante da ideia de “educação neutra”, muito pelo contrário, tem em suas obras declaradamente o seu comprometimento em prol de uma Educação crítica ao contrário das práticas mercadológicas e esteve sempre ligado aos interesses do espectro esquerdo político.

Exercer a autonomia dentro do contexto do processo de ensino e aprendizagem nos dias atuais continua sendo uma temática bastante viva e atual diante de um mundo globalizado, porém, marcado pela inclusão de poucos e exclusão de muitos, o que é bastante visível pelo nível de desenvolvimento e qualidade de vida das diversas sociedades e nações espalhadas pelo globo.

Lutar pelo exercício de práticas que possibilitem a autonomia e a liberdade pedagógicas na Educação se acirram ao passo em que as transformações do meio técnico- científico informacional, exigem cada vez mais conhecimento e técnica e por outro lado gera crises como desemprego, formação incompatível com as exigências do mercado e exclusão tecnológica, para além de uma exclusão socioeconômica e educacional.

Ter em mente que é preciso estabelecer uma conexão entre professores e alunos e reconhecer a real necessidade de integração entre ambos é vital para o sucesso do exercício da cidadania, onde o professor reconhece que ao mesmo tempo em que é formador, se recicla e o educando pode também contribuir com as suas experiências reais e cotidianas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25a ed.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHEDIN, Evandro. Da autonomia da técnica a autonomia da crítica. In: PIMENTA, Selma

Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs). **Professor reflexivo no brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006 (p. 129 – 150).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Situação e tendências da geografia. In: OLIVEIRA,

Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino da Geografia?** 3. ed. São Paulo: Contexto,

1991 (p.24 – 29).

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana Fani

Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 6a ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade refletir os paradigmas relacionados ao ensino de Geografia indo de encontro as propostas desenvolvidas em “Pedagogia da Autonomia” por Paulo Freire. Neste breve reflexão nos debruçamos sobre os impactos da globalização e do sistema econômico vigente relacionados a educação. As possibilidades reais de autonomia perpassam por processos de ensino aprendizagem e práticas pedagógicas que promovam interação entre educadores e educandos. A Geografia, enquanto ciência que estuda o espaço Geográfico, muito embora seja uma grande ferramenta para ampliar as nossas concepções de mundo, tem sido utilizadas como reprodução mecânica, baseados na ideia de “educação bancária”. É somente por meio de práticas integradoras entre professores e alunos que podemos compreender a totalidade de nosso contexto e propormos mudanças que visem melhores condições ao exercício de nossa cidadania e garantia de nossos direitos

e liberdades individuais.

Palavras-chave: Pedagogia da Autonomia. Educação Bancária. Geografia